



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ETNOBIOLOGIA**

MARSA RADASSA VEIGA DE SOUSA

**CARACTERIZAÇÃO SOCIECONÔMICA E ETNOICHTIOLÓGICA DOS
PESCADORES ARTESANAIS DO AÇUDE DE BOQUEIRÃO, PARAÍBA**

CAMPINA GRANDE – PB
2016

MARESA RADASSA VEIGA DE SOUSA

**CARACTERIZAÇÃO SOCIECONÔMICA E ETNOICTIOLÓGICA DOS
PESCADORES ARTESANAIS DO AÇUDE DE BOQUEIRÃO, PARAÍBA**

TCC apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Etnobiologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de especialista em Etnobiologia.

Orientador: **Dr. José da Silva Mourão**

CAMPINA GRANDE – PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725c Sousa, Maresa Radassa Veiga de.
Caracterização socioeconômica e etnoictológica dos
Pescadores Artesanais do Açude de Boqueirão, Paraíba
[manuscrito] / Maresa Radassa Veiga de Sousa. - 2016.
35 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Etnobiologia) - Universidade Estadual da
Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2016.
"Orientação: Prof. Dr. José da Silva Mourão, Biologia".

1. Pesca artesanal. 2. Caracterização socioeconômica. 3.
Pequeno produtor. 4. Políticas públicas. I. Título.

21. ed. CDD 597.6798

MARESA RADASSA VEIGA DE SOUSA

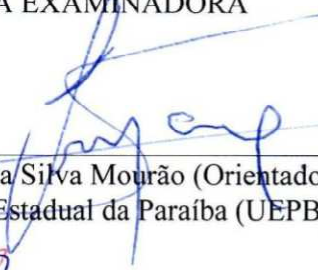
**CARACTERIZAÇÃO SOCIECONÔMICA E ETNOICTIOLÓGICA DOS
PESCADORES ARTESANAIS DO AÇUDE DE BOQUEIRÃO, PARAÍBA**

TCC apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Etnobiologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de especialista em Etnobiologia.


Área de concentração: Etnobiologia.

Aprovada em: 14/07/2016.

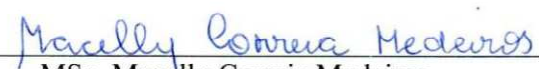
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José da Silva Mourão (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Raynner Rilke Duarte Barboza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



MSc. Macelly Correia Medeiros
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. DESENVOLVIMENTO	
2.1. Construção e uso do açude Epitácio Pessoa: Um olhar histórico.....	8
2.2. Políticas públicas para o pescador artesanal.....	9
2.3. Direitos e deveres do pescador artesanal no Seguro-Defeso.....	11
3. METODOLOGIA.....	12
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	
4.1. Os órgãos gestores da pesca artesanal em Boqueirão.....	14
4.2. Perfil socioeconômico dos pescadores entrevistados.....	14
4.3. A atividade pesqueira.....	17
4.4. Principais espécies de peixes de importância econômica e cultural.....	19
4.5. Aspectos econômicos e conhecimento dos pescadores sobre as políticas públicas.....	20
5. CONCLUSÃO.....	25
6. REFERÊNCIAS.....	28
7. APÊNDICE.....	34

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ETNOICTIOLÓGICA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO AÇUDE DE BOQUEIRÃO, PARAÍBA

Maresa Radassa Veiga de Sousa*

RESUMO

A pesca artesanal é uma atividade praticada em grupo ou solitariamente, com a utilização de mão de obra familiar e equipamentos simples, fabricados em sua maioria pelos próprios pescadores. Constitui importante fonte de renda para moradores que vivem ao redor de grandes reservatórios de água, por este motivo os recursos naturais precisam ser bem preservados. As políticas públicas para o pequeno produtor, como os pescadores, têm como objetivo incentivar o desenvolvimento da atividade e a preservação dos recursos naturais. Portanto, o objetivo deste trabalho consistiu na caracterização socioeconômica dos pescadores artesanais do açude de Boqueirão, Paraíba, e sua percepção sobre as políticas públicas. A delimitação do público-alvo foi feita através da técnica *snowball* e o instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada e a gravação de áudio. Foram realizadas trinta e cinco entrevistas com pescadores artesanais. Através dos questionários foi possível traçar o perfil socioeconômico destes pescadores. Os pescadores entrevistados têm entre 24 e 70 anos de idade, a maioria tem até o ensino fundamental, casa própria, água tratada, mas uma parte considerável ainda não usufrui de saneamento básico. Consideram espécies como a Tilápia, a Pescada, o Tucunaré e o Curimatã os peixes mais importantes tanto economicamente, como culturalmente. Eles têm conhecimento de poucos benefícios da pesca artesanal, sendo a maioria beneficiada apenas pelo Seguro-Defeso. A partir deste trabalho, pode-se concluir que a pesca artesanal precisa ser mais valorizada e apoiada por políticas públicas para incentivo dos pescadores e continuidade da atividade pesqueira.

Palavras-chave: Pesca Artesanal; Caracterização Socioeconômica; Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é entendida por Diegues (1983) como aquela realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil e comumente utilizam vendedores intermediários para a comercialização. Por muitas vezes, fazem uso da agricultura como forma de complementar a renda ou subsistência e geralmente usam apetrechos simples de fabricação própria. É uma atividade praticada em grupo ou solitariamente, com a utilização de mão-de-obra familiar e equipamentos simples, fabricados, em sua maioria, pelos próprios pescadores (RAMIRES, BARRELA, 2003; CLAUZET et al., 2005)

Os pescadores artesanais geralmente exploram ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal possuem pouca autonomia (DIEGUES, 1973).

* Aluna da Pós-Graduação em Etnobiologia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: maresa.radassa@gmail.com

A quantidade e a diversidade dos trabalhos sobre comunidades de pescadores publicados no Brasil apontam para a construção de um campo específico do conhecimento nas ciências sociais que poderia ser intitulado: Sócio-anthropologia marítima (ou da pesca) (DIEGUES, 1999). Segundo Geistdoerfer (1989), a Antropologia Marítima estuda a variedade e a complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas (gente do mar) no processo de apropriação do espaço marinho que daí retiram sua subsistência. Ainda segundo esta autora:

As práticas sócio-culturais da gente do mar, o conjunto de comportamentos, reúnem aquilo que denominamos por 'técnico', 'simbólico', 'social', 'econômico', 'ritual'. Essas práticas são marcadas, de maneira original, por essas 'propriedades naturais' do mar, socializadas pela aplicação dos diferentes sistemas. Mas segundo o valor social, econômico ou simbólico que as comunidades dão ao mar e aos seus recursos, o conjunto de práticas socioculturais dessas comunidades pode ser marcado de forma diferenciada (GEISTDOERFER, 1989, p.7).

Outras abordagens sobre a pesca artesanal têm sido atribuídas a trabalhos de caráter etnobiológico principalmente nas áreas de etnoecologia, etnozootologia e etnoictiologia. Begossi et al. (2002) afirma que o estudo etnobiológico investiga, analisa e sistematiza o rico e detalhado conhecimento das populações e pode apresentar resultados de pesquisa que aperfeiçoem a pesca artesanal no Brasil, onde os peixes compõem um grupo animal de grande diversidade biológica e importante recurso alimentar.

Pasa (2004) reforça que a Etnobiologia contribui para o conhecimento do valor cultural e dos meios de utilização das plantas e animais, relacionando o valor cultural atribuído pelos grupos humanos de onde provém estas informações. É através do Etnoconhecimento, que o saber local e as técnicas patrimoniais são expressas e, sobretudo, a demonstração de uma relação simbiótica entre os ser humano e a natureza (DIEGUES, 2001). Sob esse aspecto, através da etnobiologia foi possível conhecer as relações existentes entre o pescador e os recursos naturais disponíveis na cidade de Boqueirão, sendo esta uma das principais cidades com destacada atividade pesqueira na região Nordeste.

O Nordeste é uma das regiões do semiárido brasileiro com grandes períodos de estiagem. Tais regiões necessitam de redes de abastecimento público através de mananciais superficiais (reservatórios) que dependem da reposição dos estoques hídricos que escoam dos rios nos períodos chuvosos. Um exemplo desses mananciais é o açude Epitácio Pessoa, localizado no município de Boqueirão, que foi construído com a finalidade de suprir as necessidades hídricas de regiões paraibanas, como Campina Grande, em períodos de seca. Como afirma Costa (2006):

A rede de drenagem do semiárido nordestino tem como principal característica o grande número de rios intermitentes, isto é, que apresentam escoamento superficial apenas nos períodos chuvosos, passando a maior parte do ano totalmente seco, comprometendo o abastecimento de água.

Dentre os usos múltiplos do açude de Boqueirão, têm-se a pesca artesanal, que além de apresentar importância significativa para as comunidades tradicionais locais, traz também o lado econômico representado pelo quantitativo de pescadores de cada localidade (CURI et al., 2014). No município de Boqueirão há atualmente 600 pescadores artesanais cadastrados na Colônia Z-8.

As políticas públicas para o pequeno produtor, como pescadores, aquicultores, agricultores e pecuaristas, tem como objetivo incentivar o desenvolvimento da atividade e a preservação dos recursos naturais. Existem várias políticas da pesca artesanal que incentivam o trabalho do pescador e oferecem subsídios para a melhoria de vida. Entre as principais, pode-se citar benefícios assegurados pelo Governo Federal, como o Seguro-Defeso, que proíbe a pesca nas épocas de reprodução dos peixes, mas assegura o sustento do pescador, e o Plano Safra da Pesca e Aquicultura, que ampliam o desenvolvimento sustentável por meio de medidas políticas e investem para expansão, modernização e melhor comercialização de produtos pesqueiros (MINISTÉRIO DA PESCA E AGRICULTURA, 2012, 2013, 2014).

Há também políticas estaduais, neste caso, fomentadas pelo Estado da Paraíba, que estimulam o pescador artesanal através de projetos como o Empreender Paraíba, que visa proporcionar novas aquisições e melhoria de ferramentas de trabalho, e o Cooperar, que financia projetos voltados a esta categoria. Outras medidas podem ser citadas como a Semana do Peixe, a isenção de IPVA para motos e a distribuição de alevinos em açudes e poços (GOVERNO DA PARAÍBA, 2011, 2012, 2013, 2014).

Constituindo quase 6% da população do município, os pescadores artesanais de Boqueirão passam por situações críticas reveladas pelas condições sociais e econômicas em que vivem (CURI, 2014). As políticas públicas da pesca artesanal devem colaborar para as ações de interesse social dos pescadores a fim de melhorar suas condições de vida.

Nesse contexto, torna-se necessário fazer uma abordagem aprofundada sobre o conhecimento que os pescadores têm sobre as políticas públicas voltadas à pesca artesanal. Portanto, este trabalho teve como objetivos fazer a caracterização socioeconômica da comunidade de pescadores do açude de Boqueirão; conhecer as principais espécies de peixes de importância econômica e cultural; e fazer um levantamento do conhecimento destes pescadores sobre as políticas públicas que apoiam a pesca artesanal.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Construção e uso do açude Epitácio Pessoa: Um olhar histórico.

No Brasil, durante décadas, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS - construiu açudes no Nordeste, visando combater os efeitos das secas, e, para aproveitar essas águas armazenadas, desenvolveu programas de peixamento de açudes públicos (BORGHETTI; OSTRENSKY, 2002). Sem contar com os grandes açudes públicos, a região Nordeste dispõe de mais de 70.000 pequenos açudes, com áreas superiores a 1.000 m², espalhados pelos diversos estados (ALBINATI, 2003).

O Epitácio Pessoa é um destes açudes construídos pelo DNOCS nos anos de 1951 a 1956 e inaugurado durante o governo de Juscelino Kubitschek em janeiro de 1957. Localizado no município de Boqueirão, tem capacidade máxima de 411.686.287 milhões de metros cúbicos e um volume atual de 33.600.757 milhões de metros cúbicos (AESAs, 2016). De acordo com Brito (2008) é o segundo maior açude do estado abastecendo 17 municípios, entre eles Campina Grande, um dos principais núcleos urbanos de todo o interior do Nordeste brasileiro e segundo maior centro político-econômico do Estado da Paraíba, perdendo apenas para a capital João Pessoa.

O nome Boqueirão foi dado ao açude Epitácio Pessoa, pelo fato de o Rio Paraíba ter feito um corte, ao passar dos anos, na serra do Carnoió formando um “boqueirão”. O nome oficial do açude é uma homenagem ao único presidente do país nascido no estado da Paraíba, o qual, no seu governo, intensificou o programa de açudagem através do Ministério de Viação e Obras Públicas (SOUZA, 2001).

A água acumulada no açude Epitácio Pessoa é fonte de sobrevivência da população ribeirinha, garantindo sustento de 258 famílias de pescadores, correspondendo a mais de 300 profissionais cadastrados pela colônia da cidade e do desenvolvimento das cidades por ele abastecidas (ARAÚJO, 2011). Constituindo quase 6% da população do município, os pescadores artesanais de Boqueirão passam por situações críticas reveladas pelas condições sociais e econômicas em que vivem. Entre as prováveis causas dessas condições pode-se citar a baixa produção de pescado gerado pelo conflito do uso do espaço de trabalho (o açude), quando tem que dividi-lo com o abastecimento de várias cidades, a irrigação e a dessedentação de animais (CURI, 2014).

Além disso, os dados da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (2016) mostram que o manancial continua perdendo nível de água e nos 22 primeiros dias deste ano, a queda no volume foi de 0,5%, mesmo com as chuvas. A evolução temporal dos

dados da água neste açude indica um processo de deterioração (com vista ao abastecimento urbano), que pode ser acelerado ou não com as crises quantitativas de água (GUIMARÃES et al., 2005).

2.2. Políticas públicas para o pescador artesanal.

As políticas públicas são fundamentais para o subsídio e valorização das atividades do pequeno produtor. Segundo Souza (2006), políticas públicas são ações fortemente ligadas ao Estado, executadas com os recursos captados na cobrança de impostos da população, para uso em favor da própria. Sendo assim, as políticas públicas da pesca artesanal devem colaborar para as ações de interesse social dos pescadores. Para compreender o poder das políticas públicas em modificar as condições de vida e de trabalho dos produtores, é imprescindível fazer um levantamento histórico.

No Brasil, em 1962, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, a partir do qual ocorreu a institucionalização e desenvolvimento da atividade pesqueira no país através de ações como a elaboração do plano nacional de desenvolvimento pesqueiro. Dentro deste contexto, foram criadas várias leis importantes para a regulamentação da pesca. A partir da década de 70, com a introdução de novos métodos de pesca, tornou-se necessário o ordenamento pesqueiro, para o qual foram criadas políticas para a defesa e manutenção do ciclo natural de reprodução dos peixes (LOPES et al, 2013).

No ano de 2009 foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, atendendo ao anseio histórico dos pescadores e aquicultores do País, cujo principal objetivo é fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro no conjunto de seus anseios, através da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap/PR).

Segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2014 já se estimava quase um milhão de pescadores artesanais no Brasil. Imagina-se que tal atividade resulta em um grande impacto ambiental, por usufruir de uma grande extensão litorânea e de sua biodiversidade pesqueira. Uma das ações para garantir a preservação e conservação dos recursos naturais foi a criação do Seguro-Defeso, um dos benefícios garantidos pelo Governo Federal, que visa proteger as espécies durante o período de reprodução, garante a manutenção de forma sustentável dos estoques pesqueiros e, conseqüentemente, mantém a atividade e a renda dos pescadores (MINISTÉRIO DA PESCA E AGRICULTURA, 2014).

Um estudo feito em municípios da Paraíba revelou que 64,3% dos pescadores do estado, em 161 municípios, foram beneficiados pelo programa Seguro-Defeso, sendo 84,2% destes de águas interiores (MEDONÇA; PEREIRA, 2012).

Outro benefício é o Plano Safra da Pesca e Aquicultura, do Governo Federal, oferecido a pescadores artesanais e de aquicultura familiar e para médios e grandes pescadores e aquicultores, que tem como objetivo ampliar a efetividade das ações governamentais e o desenvolvimento sustentável por meio de medidas de estímulo à competitividade e ao empreendedorismo. Seus objetivos são investimentos em torno de R\$ 4,1 bilhões para expandir a aquicultura, modernizar a pesca e fortalecer a indústria e o comércio pesqueiros (MINISTÉRIO DA PESCA E AGRICULTURA, 2012, 2013, 2014).

Além destes, é também oferecida capacitação dos pescadores artesanais, crédito facilitado garantido pelo Plano Safra da Pesca e Aquicultura, e óleo diesel mais barato garantido pelo Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel, que na região Nordeste cobre os estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Na Paraíba, existem instituições voltadas à pesca e aquicultura no estado. Dentre elas, pode-se destacar a Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba (Sedap), que trabalha em sintonia com as instituições governamentais e não-governamentais, incentivando o desenvolvimento por meio da interiorização das ações estratégicas implementadas por seus órgãos vinculados: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater); Empresa Estadual de Pesquisa e Agropecuária da Paraíba (Emepa); Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa); e Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (Interpa) (GOVERNO DA PARAÍBA, 2011).

Algumas ações de incentivo são ofertadas pelo Governo do Estado, dentre as quais pode-se destacar o Programa Empreender Paraíba, onde os pescadores recebem um apoio financeiro para consertos das embarcações e compra de materiais para a pesca. Juntamente ao Cooperar e o Banco Mundial, o governo financia projetos que visam a melhoria de vida destes produtores. Além disso, outras medidas incentivam a produção e o desenvolvimento da pesca, como a Semana do Peixe, realizada todos os anos com comercialização de pescado com preços subsidiados, a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) para as motos dos pescadores, e a distribuição de alevinos em açudes e poços (GOVERNO DA PARAÍBA, 2011, 2012, 2013, 2014).

Mediante o exposto, pode-se perceber que existem variadas políticas públicas e iniciativas governamentais criadas com o intuito de melhorar as condições sociais e econômicas dos pescadores artesanais e incentivar a continuidade do seu trabalho.

2.3. Direitos e deveres do pescador artesanal no Seguro-Defeso.

O Seguro-Defeso, também conhecido como Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) é uma das políticas mais efetivadas entre os pescadores. Trata-se de uma extensão do Programa Seguro-Desemprego dedicada a um trabalhador específico: o pescador com perfil artesanal. E, além de estar voltado a este pescador, também se encontra focado na preservação de várias espécies do ecossistema brasileiro (CAMPOS; CHAVES, 2014). O benefício do programa corresponde ao pagamento de um salário mínimo mensal, ao longo do período do defeso. Estes períodos de defeso não se tratam de uma medida punitiva, mas sim preventiva, pois a medida vai ao encontro da necessidade de renovação das espécies aquáticas, além de ser uma tentativa de contribuir para a manutenção da sustentabilidade da atividade pesqueira em tempos futuros (RUFFINO, 2005).

Segundo Brasil (2011) o Seguro Defeso é pago ao pescador que exerce a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, no período de proibição da pesca para determinadas espécies. A lei caracteriza o pescador artesanal que trabalha em regime de economia familiar, aquele que agrega os membros da mesma família, o que é indispensável à própria subsistência da mesma (MAIA, 2009).

Como consta no site do Ministério do Trabalho e Previdência Social (2016), existem alguns requisitos para que o pescador tenha acesso a esse benefício. Estes requisitos são: Exercer a pesca de forma ininterrupta, sozinho ou em regime de economia familiar; estar impedido de pescar, em função de período de defeso da espécie que captura; ter cadastro ativo no Registro Geral de Pesca (RGP) há pelo menos um ano, como pescador profissional artesanal; ser segurado especial da Previdência Social, na condição de pescador artesanal; comercializar a sua produção a pessoa física ou jurídica, comprovando a contribuição previdenciária, nos últimos 12 meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício ou desde o último período de defeso até o início do período atual, o que for menor; não estar em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Assistência Social ou da Previdência Social, exceto auxílio-acidente, auxílio-reclusão e pensão por morte; e não ter vínculo de emprego ou outra relação de trabalho ou fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira. É importante enfatizar que o período do defeso é variável, dependendo do animal e da região na qual o programa é instituído.

3. METODOLOGIA

3.1. Área de Estudo

A população alvo da pesquisa foram pescadores artesanais do município de Boqueirão e arredores, que fazem uso do açude Epitácio Pessoa como principal fonte de renda através da atividade pesqueira. O município Boqueirão é localizado na microrregião do Cariri Ocidental, inserido na região de alto curso do rio Paraíba, Bacia hidrográfica do rio Paraíba (ARRUDA, 2008). O município tem uma área de aproximadamente 374,523 km², localizado no domínio caatinga, composto por uma população de aproximadamente 17.670 habitantes segundo estimativas do IBGE (2015), onde 8.323 pessoas são do sexo masculino e 8.565 pessoas são do sexo feminino. Destes, cerca de 600 pescadores são cadastrados na colônia local (Colônia Z8) e subsistem pela atividade pesqueira.

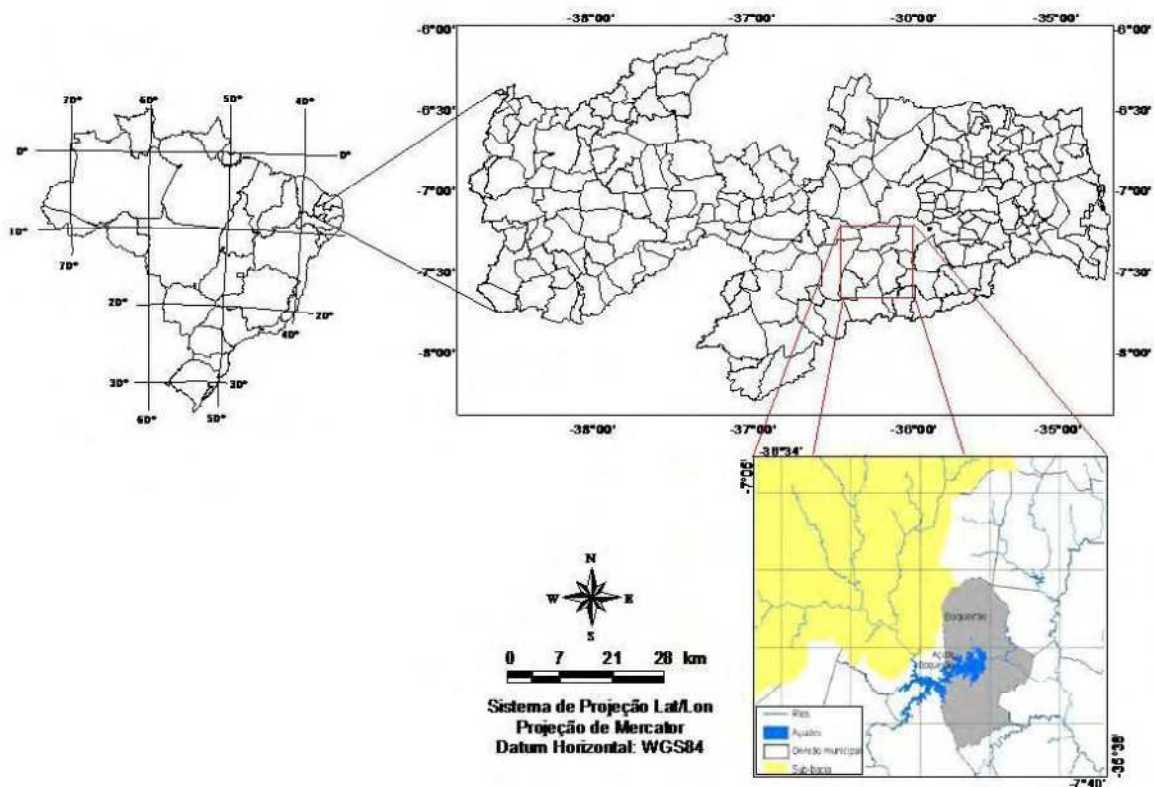


Figura 1: Mapa de localização da área de estudo (Município de Boqueirão, Estado da Paraíba).

3.2. Procedimento metodológico

Primeiramente, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o local e os participantes da pesquisa em trabalhos que levaram em consideração o aspecto socioeconômico dos pescadores artesanais residentes em Boqueirão, Paraíba, e a utilização do açude Epitácio

Pessoa tanto para a pesca como para outros fins (SOUZA, 2001; GUIMARÃES et al, 2005; ARAÚJO, 2011; MEDONÇA; PEREIRA, 2012; CURI, 2014).

Devido a aspectos éticos e legais, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em pesquisa da UEPB, de acordo com os requisitos básicos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Para a participação na pesquisa, os sujeitos foram informados sobre os objetivos do estudo. Os que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e o Termo de Autorização para Gravação de Voz em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa e uma arquivada pelo pesquisador, com a finalidade de explicar quais os objetivos da pesquisa e perguntar sobre o interesse do indivíduo em participar da mesma.

O trabalho foi desenvolvido de julho de 2015 a janeiro de 2016, com idas mensais. A primeira visita a Boqueirão teve como intuito procurar estabelecer o primeiro contato com os órgãos locais responsáveis pelos pescadores. Na cidade, existem dois órgãos de apoio aos pescadores: a Associação de Pescadores e Aquicultores de Boqueirão, dirigido por Margarida Maria Maciel Silva, e a Colônia de Pescadores Z8, dirigida por Maura Araújo de Andrade. Ambas as direções dos órgãos tem experiência na atividade pesqueira. Após a sondagem através de uma conversa informal, foi pedido para que indicassem pescadores experientes residentes na cidade, meio pelo qual se iniciaram as pesquisas em campo.

Foram realizados vários contatos com os participantes da pesquisa. A escolha destes foi mediante a técnica *snowball* ou *snowball sampling*- “Bola de Neve” (GOODMAN, 1961), caracterizado por constituir cadeias de referência, onde um participante indica outro que esteja dentro das especificidades da pesquisa.

Durante os primeiros contatos, foi possível conhecer e identificar o informante-chave da pesquisa, José Gomes da Silva, conhecido na cidade como Dedé. Através deste, a pesquisa se estendeu desde a zona urbana até a rural, abarcando a Vila Operária, o Facão, o Sítio Poço Grande, o Sítio Moita e Pedra Branca.

O desenho amostral foi composto por 35 pescadores de Boqueirão. Os dados foram coletados mediante entrevista semiestruturada, guiada pelo roteiro de questões, o qual permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado (FUJISAWA, 2000). Quando autorizado pelo participante da pesquisa, a entrevista foi gravada para que fosse ampliado o poder de registro e captação de elementos de comunicação de extrema importância, pausas de reflexão, dúvidas ou entonação da voz, aprimorando a compreensão da narrativa (SCHRAIBER, 1995).

3.3. Instrumento de coleta de dados

Para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas por meio de um roteiro apresentado sob a forma de tópicos (tópico-guia) que oriente a condução da entrevista, mas que de modo algum impeça o aprofundamento de aspectos que possam ser relevantes ao entendimento do objeto ou do tema em estudo (FRASER; GONDIM, 2004).

3.4. Análise dos dados

Os dados obtidos a partir dos roteiros semiestruturados foram tabulados em planilhas do programa Microsoft Excel®, enquanto as entrevistas gravadas foram transcritas e organizadas seguindo a ordem das entrevistas. A análise das informações fornecidas pelos pescadores seguiu o modelo de união das diversas competências individuais (HAYS, 1976) e uso de porcentagem simples.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Os órgãos gestores da pesca artesanal em Boqueirão

Os resultados obtidos por meio das entrevistas mostraram duas organizações: a Associação de Pescadores e Aquicultores de Boqueirão, conduzida por Margarida Maria Maciel Silva; e a Colônia de Pescadores Z8, também localizada no município, administrada por Maura Araújo de Andrade.

Embora ambos sejam intimamente ligados às questões da pesca, os órgãos são independentes e apenas um deles é reconhecido, a Colônia Z8. Os dados obtidos foram consolidados através de entrevistas semiestruturadas com a presidente desta Colônia e em um segundo momento com os pescadores que moram naquela localidade. Segundo a presidente, a Colônia-Z8 conta com cerca de 600 pescadores cadastrados, uma média de 400 famílias. Na Colônia, além dos pescadores locais, há também pescadores de Galante, Riacho de Santo Antônio, Barra de São Miguel e Cabaceiras. Destes, foram entrevistados 35 pescadores.

4.2. Perfil socioeconômico dos pescadores entrevistados.

Por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com 35 pescadores, foi possível identificar características socioeconômicas deste grupo. Com relação ao gênero, 10 dos entrevistados eram do sexo feminino e 25 do sexo masculino. Segundo Borgonha (2008), a participação da mulher no segmento pesqueiro passou a contribuir para uma diversificação da renda familiar, o que define papéis sociais.

Ao considerar a faixa etária entre pescadores ativos (pessoas que ainda trabalham na pesca) e aposentados, a idade varia entre 24 e 70 anos, sendo a maior parte dos entrevistados com idades entre 46 e 56 anos (37,1%). Segundo Araújo (2009), a predominância de homens com faixa etária acima dos 40 anos se deve ao fato da atividade de pesca artesanal não exercer mais um atrativo entre os jovens e adultos, em particular para os primeiros, principalmente, em localidades próximas a grandes centros urbanos, onde a oferta de emprego e renda é maior.

Com relação ao nível de escolaridade, 51,42% têm o ensino fundamental incompleto e 5,71% o ensino fundamental completo, 28,57% apenas escreve o nome e 11,42% consideram-se analfabetos (Tabela 1).

Tabela 1: Idade e escolaridade dos pescadores entrevistados

Idade	Quant.	%	Escolaridade	Quant.	%
24-34	8	22,85%	Analfabeto	4	11,42%
35-45	6	17,14%	Escreve o nome	10	28,57%
46-56	13	37,14%	Fund. Incompleto	18	51,42%
57-70	8	22,85%	Fund. completo	2	5,71%

Os níveis encontrados se assemelham aos de outras regiões do Brasil (CEREGATO & PETRERE Jr., 2003; SEIXAS e BEGOSSI, 2000; BASTOS, 2009). Cardoso (2005) afirma que o baixo nível de escolaridade entre os pescadores os vincula ainda mais à atividade de pesca, devido à falta de qualificação para o exercício de outras atividades mais bem remuneradas. Isaac-Nahum (2006) corrobora com tal ideia quando defende que a falta de oportunidades para a educação formal e profissional, e ausência de conhecimentos sobre as regras básicas de gerenciamento de negócios fazem do pescador de pequena escala um trabalhador sem instrumentos culturais, sociais e econômicos para melhorar a sua condição de vida.

No presente trabalho pode-se constatar que nem sempre o baixo nível de escolaridade impede que o pescador esteja vinculado a outras atividades melhor remuneradas ou exerça o gerenciamento de negócios. Atividades como a venda do peixe em bancas próprias e o comércio de produtos, como bebidas e alimentos, são exemplos desta constatação. Outro fator a ser considerado é que o pescador, ao longo de sua vida, naturalmente se apropria de instrumentos sociais e principalmente culturais. Um exemplo disso são as colônias de pescadores que tem um caráter democrático e de coletividade, onde a gestão é geralmente exercida por um profissional da área. O conhecimento empírico dos fenômenos naturais e das

técnicas de captura são instrumentos que, segundo Gerhardinger et al. (2006), empoderam os pescadores com os saberes da profissão mantendo-os produtivos por longo tempo. Além disso, as políticas públicas colaboram para a melhoria da condição de vida dos pescadores, pois na maioria dos casos possibilitam a aquisição de casa própria e outros bens materiais.

Quanto à moradia, a maioria representada por 74.2% dos entrevistados tem casa própria. Essa realidade também pode ser encontrada em outras regiões como Pernambuco (PEDROSA, 2007), Rio Grande do Norte (VASCONCELOS et al., 2003), São Paulo (ALVES DA SILVA et al., 2009; SOUZA et al., 2010) e Ceará (ARAÚJO et al., 2009). Parte dos entrevistados (20%) mora em casas que pertenceram ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Segundo relatos dos pescadores, na época em que construíram o açude Epitácio Pessoa estas casas foram construídas pelo DNOCS para quem trabalhava no açude. Depois de muitos trabalhadores terem ido embora, elas passaram a ser ocupadas por pessoas que pagam aluguel, os chamados “particulares”, mas a maioria dos residentes faz parte do DNOCS e contribuem com uma taxa de R\$ 50,00/mês.

Quanto ao abastecimento de água, 37.1% tem água encanada, 14.2% necessita comprar água por carro-pipa e 8.5% ainda depende da água do açude. Destes, 45.7% contam com auxílio do Programa Cisternas do Governo Federal, cuja função é garantir “o acesso à água potável para famílias de baixa renda que moram em áreas rurais onde não há abastecimento regular por rede de água, especialmente as que vivem no Semiárido”. Essas cisternas são construídas com placas de cimento e tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água, o suficiente para abastecer um lar com 5 pessoas por até 8 meses. Sobre isto, o pescador F, 54 anos, relata:

A água é tirada do açude, agora eu tenho uma cisterna de placa né, pelo governo federal, ali, naquela casa ali, tenho de chuva ainda. Tenho uma cisterna desse projeto de 1 milhão de placas, 1 milhão de cisternas, um projeto que veio praqui pro Cariri.

A água de beber é em 51.4% dos casos tratada. Destes, uma média de 20% trata a água por conta própria com cloro cedido pelos agentes de saúde. Um fator preocupante é que há um total de 14.2% dos entrevistados que ainda consome água sem tratamento (Tabela 2).

Tabela 2: Abastecimento e tratamento da água

Abast. de água	Quant.	%	Água de beber	Quant.	%
Encanada	13	37,14%	Tratada	18	51,42%
Cisterna	16	45,71%	Trat. com cloro	7	20%
Carro-pipa	5	14,28%	Água mineral	3	8,57%
Açude	3	8,57%	De chuva	2	5,71%
			Sem tratamento	5	14,20%

Quanto ao saneamento básico, 45.7% dos entrevistados utilizam a fossa, enquanto 22.8% se beneficiam de um sistema de esgoto. Estes são representados, em sua maioria, pelos pescadores que vivem na cidade. Os demais “jogam no mato” (11.4%) ou deixam ao “ar livre” (17.1%). Apenas 20% do lixo é recolhido. Em 77.1% dos casos o lixo é queimado, isso deve estar relacionado a dificuldade de acesso dos carros de lixo às comunidades rurais onde vivem alguns pescadores (Tabela 3). Este fator também preocupa, tendo em vista que ao queimar o lixo os indivíduos ficam expostos a liberação de toxinas, além de favorecerem a poluição ambiental.

Tabela 3: Destino dos dejetos e do lixo

Destino dos dejetos	Quant.	%	Destino do lixo	Quant.	%
Esgoto	8	22,85%	Queimado	27	77,14%
Joga no "mato"	4	11,42%	Recolhido	7	20%
Fossa	16	45,71%			
Ar livre	6	17,14%			

4.3. A atividade pesqueira.

Quando perguntados sobre o tempo de exercício da profissão os pescadores relataram um período entre 4 e 54 anos de atividade. Do total de entrevistados, 51,42% afirma ter trabalhado em outros setores como: venda de peixe na feira; serviço de pedreiro; encanamento e instalação; administração de bar de terceiros; agricultura; tecer redes; vaqueiro; fabricação e venda de queijo e leite; pequeno comércio (venda de comida, bebida, etc.); irrigante de agricultura; trabalhar em roçado.

Tabela 4: Outras atividades além da pesca realizadas pelos pescadores

Atividades econômicas	Quant. de citações
Barraca de Peixe	1
Serviço de Pedreiro	2
Conserta/tece redes	3
Encanamento e instalação	1
Ponto de venda	2
Agricultura/roçado	8
Venda de leite e queijo	1

Os outros 48,57% afirmaram não realizar outra atividade além da pesca. Dados semelhantes são encontrados por Souza et al., (2009) em Guarujá (SP) onde menos da metade (49%) dos pescadores disseram ter a pesca como única profissão. De acordo com alguns autores, a variedade de atividades econômicas entre populações de pescadores pode ser

entendida como uma estratégia adaptativa de um sistema socioecológico, tanto às flutuações e incertezas em relação ao estoque pesqueiro, quanto para a própria manutenção dos custos das atividades pesqueiras (BEGOSSI, 1998; FOLKE, COLDING, 1998; CLAUZET, 2008).

Não se pode desconsiderar o fato de que muitos pescadores não realizam outras atividades econômicas mediante proibição do Governo Federal de “não ter vínculo de emprego ou outra relação de trabalho ou fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira” como requisito para obtenção do seguro defeso (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2016).

Quanto às embarcações, 97.1% utilizam canoa/barco a remo enquanto apenas 14.2% utilizam canoa/barco a motor. Dados semelhantes são encontrados em Cruzeiro do Sul, onde 82% dos pescadores utilizam barco a remo e apenas 18% utilizam barcos a motor (CARDOSO et al., 2008). No entanto, em outros estados como São Paulo (RAMIRES et al., 2002), Rio Grande do Norte (VASCONCELOS et al., 2003) e Ceará (ARAÚJO et al., 2009) a predominância é de outros tipos de embarcações como a batera (tipo de embarcação de pequeno porte, projetada para suportar condições adversas de mar e carga, geralmente com motor posicionado na região central), o barco a motor e a jangada, respectivamente.

Sobre os materiais de pesca, 91.4% afirmam utilizar redes (a partir de 9 mm, que é a permitida pelo IBAMA), 31.4% utilizam anzol, 5.7% utilizam tarrafa, e 2.8% utilizam outros instrumentos menos mencionados como isca de camarão, covo para camarão, linha solta e caniço (Tabela 5). Este dado corrobora com outros trabalhos que evidenciam a rede de espera como o principal apetrecho utilizado em comunidades pesqueiras como Guaibim, BA (CLAUZET et al., 2007), Ubatuba, SP (CLAUZET e BARRELLA, 2004) e Peruíbe, SP (RAMIRES e BARRELLA, 2003).

Tabela 5: Embarcações e materiais de pesca utilizados pelos pescadores

Materiais de pesca/Embarcações	Nº de Citações
Rede	32
Tarrafa	2
Anzol	11
Isca de camarão	1
Linha solta	1
Covo para camarão	1
Canhão	1
Canoa a remo	34
Canoa/barco a motor	5

Além das exigências quanto a malha de pesca, há outras proibições que devem ser observadas pelos pescadores, como descreve o pescador A, 57 anos:

Tem a pescaria proibida né, que eles falam buia né, é aquela que é batendo na água, tem outra de aspão, parece, de flecha, não sei se esse pessoal pesca assim né, sai pra pescar a noite... é proibido, não pode! Eu não pesco dessa maneira. As maia liberada é de 9 acima, de oito já não pode, porque pega o peixe miúdo.

4.4. Principais espécies de peixes de importância econômica e cultural.

Entre os peixes mais pescados na região, segundo dados obtidos na entrevista e número de citações, estão a Traíra, o Tucunaré, a Pescada, o Piau, a Tilápia, o Curimatã e o Punhari. A quantidade de vezes em que essas espécies foram citadas pode ser observada na Tabela 6.

Tabela 6: Espécies de peixes mais pescados no açude de Boqueirão segundo pescadores.

Nome genérico	Táxon (Gênero e espécie)	nº de citações
Traíra	<i>Hoplias malacabaricus</i> (Block, 1794)	32
Tucunaré	<i>Cichla ocellaris</i> (Block e Schneider, 1801)	26
Pescada	<i>Plagioscion squamosissimus</i> (Heckel, 1840)	19
Piau	<i>Leporinus</i> (Valenciennes, 1850)	19
Tilápia	<i>Oreochromis niloticus</i> (Linnaeus, 1758)	17
Curimatã	<i>Prochilodus brevis</i> (Steindachener, 1874)	15
Punhari	<i>Astronotus ocellatus</i> (Agassiz, 1831)	11

Durante a época do Defeso não se pode pescar o Piau Preto e o Curimatã. Como afirma o pescador J, 33 anos:

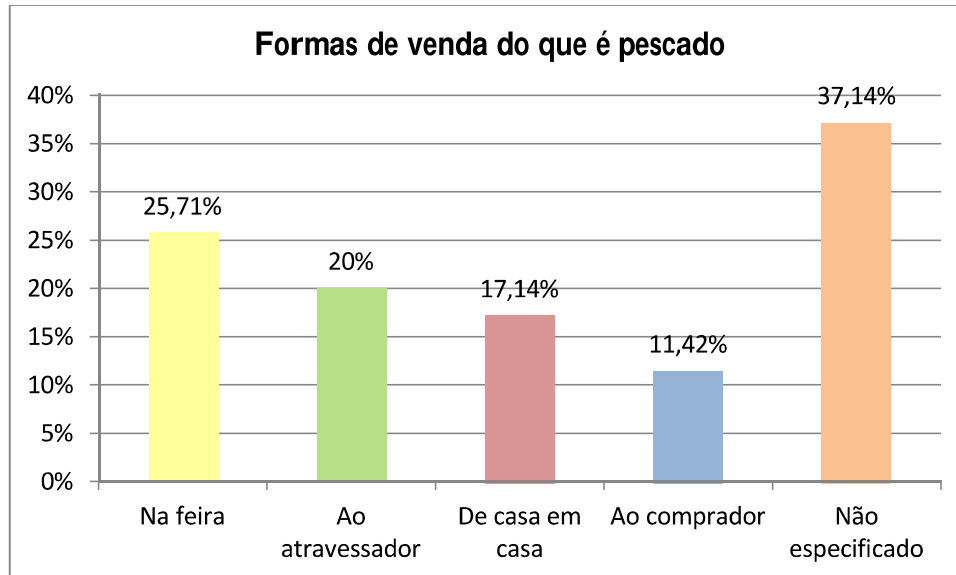
Tilápia, Traíra, Tucunaré, tem esses Piauzim (...) nas férias isso é tudo proibido aqui. Piau preto e Cumatã, num pode pegar esses peixes aí não.

Quando perguntados sobre quais são os mais lucrativos, os entrevistados destacaram a Tilápia (60%), a Pescada (51.4%), o Tucunaré (22.8%) e o Curimatã (8.5%). Apesar de ser considerada melhor em termos financeiros, a tilápia é um peixe de difícil captura local por existir em pouca quantidade no açude. Um estudo feito com pescadores artesanais do reservatório Billings (SP) constatou que a tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*) também seria a principal em ordem de importância na região quando se considerava o volume desembarcado (ALVES DA SILVA et al., 2009). Isso demonstra que a tilápia é uma espécie de destacável importância econômica para os pescadores, mesmo em diferentes regiões.

Quanto ao destino do que é pescado, todos vendem e a maioria (74.2%) consome. Dos que vendem, 37.1% não especificaram a quem ou de que forma vendem, pois não tem comprador certo ou uma forma específica de venda.

Considerando os demais, 25.7% vendem nas feiras livres das cidades de Boqueirão e Campina Grande, 20% vendem a atravessadores, 17.1% vendem de casa em casa e 11.4% vendem diretamente ao comprador (Gráfico 1).

Gráfico 1: Formas de venda do que é pescado segundo relato dos pescadores.



Entre as principais dificuldades na venda do pescado estão: a incerteza de venda do pescado, tendo em vista que muitos dos pescadores não têm comprador certo, atravessador ou ponto de venda; a preferência dos compradores por peixes grandes; a dificuldade de capturar os peixes de maior probabilidade de venda, como a Tilápia e a Pescada. Como se pode perceber nos relatos de pescadores:

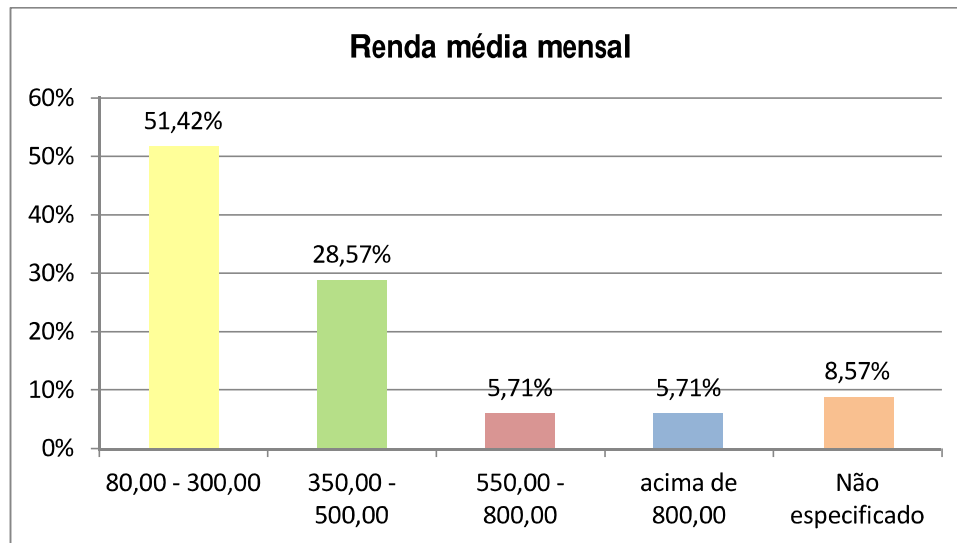
A gente vende aqui né, vende em grosso. Assim, um vem buscar, as vezes vende em casa, tem um negócio certo também não. As vezes até boiar, boia. Aqui e ali aparece atravessador. (Vende na feira?) Não. Até pra lá, acho que exige nota, até tira o defeso, é apertado logo pelo INSS, o defeso passa logo pelo INSS, pra dar entrada no seguro pelo INSS (PESCADOR F, 54 anos).

...de vender, olhe, de vender depende do tamanho do peixe, o peixe mais comercial que existe aqui é a Tilápia, a Pescada, e o Tucunaré se ele for grande, se ele for miúdo o povo também não tem muito valor não. Agora a Tilápia e a Pescada é o melhor peixe dessa aqui, os mais procurados, os mais caros, agora ninguém quase pega, porque é difícil (PESCADOR L, 59 anos).

4.5. Aspectos econômicos e conhecimento dos pescadores sobre as políticas públicas.

Os pescadores foram indagados sobre quanto a pesca representa em sua renda mensal. Em 51.4% dos casos a renda varia entre R\$ 80,00 e R\$ 300,00; 28.5% tem sua renda variando entre R\$ 350,00 e R\$ 500,00; em 5.7% a renda média está entre R\$ 550,00 e R\$ 800,00; e outros 5.7% apresentam uma renda média acima de R\$ 800,00, chegando até R\$ 1.200,00 (Gráfico 2).

Gráfico 2: Representação da renda média mensal obtida pelos pescadores através da pesca



Entre os entrevistados, apenas 22.8% considera a renda suficiente para o sustento da família, enquanto 77.1% não considera suficiente, como pode ser percebido no relato do pescador J, 63 anos:

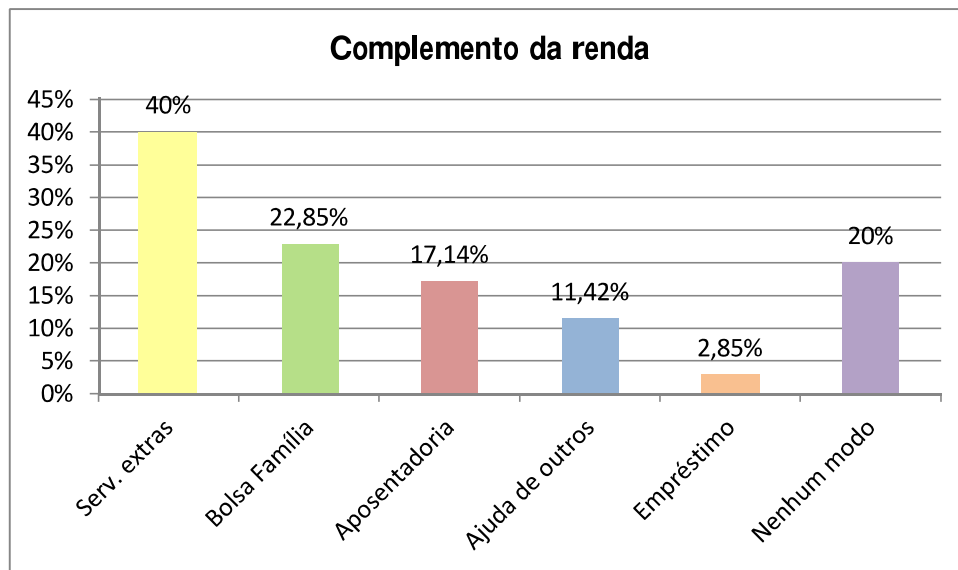
Não dá porque o custo de vida é mais caro, o que a gente compra é em torno de mais caro, aí sobre isso aí vem remédio, sobre isso aí vem tudo né, aí água, luz que nós paga, todos nós paga, a gente mora dentro do açude e paga água e luz.

Sobre a renda dos pescadores, afirma a presidente da Colônia Z8:

Tinha pescador que vendia oitocentos reais, também tinha pescador que vendia pouquinho... cem, cento e vinte reais, era assim. A cada quinze dias. Tem pescador que ganha mesmo, mas tem pescador que tem dinheiro guardado, pescador que vive só da pesca mesmo, que vive dentro d'água, aí eles tem um dinheiro guardado pra quando tem uma crise dessa, eles ter dinheiro. Olhe, se num tivesse essas férias do açude, tinha muito melhor pro pescador, o que paga um salário, paga um salário mínimo, é o mês que eles saem de dentro d'água, paga um salário mínimo, e eles ganham muito mais é pescando, tá entendendo, salário mínimo é um salário miséria né? Eles ganham muito bem. Alguns. Tem outros não, tem outros que pega pouco, tem material pouco, essas coisas, aí pega pouco né? Porque depende do material também.

Em detrimento da baixa renda, cerca de 40% dos pescadores procuram complementá-la em outras atividades, como já mencionado. Entre outras formas de complementar a renda estão o Bolsa Família (22.8%), a aposentadoria do cônjuge ou familiares (17.1%), a ajuda financeira por parte do cônjuge ou familiares que trabalham (11.4%) e empréstimo pelo banco (2.8%). Geralmente, os empréstimos são realizados pelo Banco do Nordeste (Quadro 6). Vale salientar que para o Brasil são citadas por Cardoso (2001) três fontes de financiamento que podem atender os pescadores, são elas: BNB (Banco do Nordeste do Brasil), FNO (Fundo Constitucional de financiamento do Norte) e PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Quadro 6: Formas de complementar a renda, segundo relato dos pescadores



Além dos benefícios citados, os entrevistados foram perguntados sobre os benefícios específicos da pesca que eles tinham acesso. Com exceção de um, todos os entrevistados recebem o Seguro Defeso, também conhecido como Seguro Desemprego. É através da colônia que estes benefícios chegam até os pescadores que são cadastrados, por isso grande parte dos pescadores artesanais de Boqueirão tem acesso ao Seguro Defeso. A maior presença de pescadores do interior com acesso ao benefício possivelmente tenha como principal motivo a melhor estruturação e desempenho das colônias de pescadores nestas localidades, que pode estar ligado a própria história da entidade, no que refere ao seu fortalecimento junto a categoria (LOURENÇO et al, 2006).

O pescador J, 58 anos, relata sobre como o seguro defeso foi instituído na região:

O seguro quando eu cheguei já tava. O seguro faz muito tempo que... quem trouxe esse negócio aí foi João Fernandes que trouxe o Ibama pra Boqueirão e de através disso veio né?... Primeiro foi o Ibama, que a gente tinha até a carteira do Ibama sabe? Aí depois veio a carteira do pescador... É, primeiro foi o Ibama, depois veio a colônia. A colônia sempre existiu né, tempo pra trás que era tempo de registro. Antes de Maura né, a colônia já é antiga, é tempo do DNOCS.

Dos entrevistados, 62.8% responderam ter tido conhecimento deste benefício através da colônia e 11.4% pela prefeitura. Outros 11.4% foram avisados por amigos e 8.5% ficaram sabendo através dos meios de comunicação (televisão, rádio, jornal). Alguns dos pescadores que hoje tem o benefício foram favorecidos pelo fato dos pais já serem pescadores associados, como é o caso do pescador F, 26 anos:

...a gente era pescador e tinha um projeto da agricultura, por que criava bicho, e é porque de primeiro a gente não tinha direito, era raridade, os pais da gente tinha a pesca, a gente não tinha, aí por meio dos pais já ter, ter associado ao açude, porque quem tinha associação no açude tinha direito a tirar o... não era o tanto que a gente tira hoje, mas era uma pequena ajuda, aí os pais da gente incluíram a gente, aí formou a associação aí agora.

Sobre a influência deste benefício, a maioria (74.2%) dos entrevistados afirma que ele melhora a vida do pescador, outros 14.2% dizem que não melhora, mas ajuda, e 11.4% acredita que o benefício não influencia. A percepção dominante de que “o benefício melhora a vida do pescador” pode ser representada nas seguintes afirmações:

Muito. Porque devido tem 3 mês de férias e a gente sempre fica com eles... eu já tenho o dinheiro da... da boia eu seguro, que a gente não pode entrar (na água). É, e passando os três mês, eu passo o ano todo sem receber. Só recebe o momento dos três mês de férias, aí tem que passar pelo dinheiro que sai, comendo aqueles três mês sem entrar dentro d'água (PESCADOR S, 56 anos).

Esses benefícios sim, melhoram, melhoram porque esse é um benefício que nós temos né, quer dizer que esse aí, esse seguro que nós recebe de ano em ano, eu acredito que isso aí pro pescador é uma benção, né? A gente não pode reclamar, só tem que agradecer né? (PESCADOR L, 59 anos).

Demais, demais. Porque é mais uma ajuda, porque o custo da pescaria é pouco, o vendo da pescaria é pouco, o custo de vida é caro, quer dizer que duas mão lava a outra né? Aí é melhor por isso (PESCADOR J, 63 anos).

Segundo um estudo de avaliação do seguro-defeso no estado da Paraíba, Mendonça e Pereira (2012) consideram que a contribuição do valor do seguro defeso na renda familiar foi significativa para mais de 85% dos pescadores beneficiados, principalmente os pescadores do litoral, que tem o benefício fazendo parte de mais de 15% da renda anual.

Para consolidar essa percepção, foi perguntado se houve uma melhoria na condição de vida do pescador nos últimos 10 anos, ao que a maioria (74.2%) dos entrevistados respondeu que sim, 17.1% responderam que não e 8.5% acham que melhorou um pouco. Quanto aos aspectos em que os pescadores conseguem perceber essa melhoria, relatam:

...depois desse seguro até que melhorou um pouquim, num vou reclamar não viu? Assim, você chega aquele período daquele final de ano, o dia seguinte, você sabe que você tem ali aquela quantia pra receber das férias né? Aí já melhora um pouquim pra gente né? A gente já compra uma roupa, compra um calçado, ajeita uma coisa, paga uma conta que deve né? (PESCADOR L, 59 anos).

...ah, uma melhoria em tudo né, hoje a gente tem a casinha, a casa própria da gente a gente não tinha, devido a pesca esse seguro defeso quando a gente tira já é uma boa ajuda quando se quer fazer uma reforma, comprar alguma coisa pra dentro de casa... teve uma melhoria que antigamente a gente não tinha né? (PESCADOR F, 26 anos).

Sobre outros benefícios, a presidente da Colônia Z8 acrescenta as fábricas de gelo, o projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, o crédito facilitado pelo Banco do Nordeste e a isenção do emplacamento de moto, quando o veículo está alienado e no nome do pescador. Entre as solicitações ainda não atendidas estão os Telecentros e o projeto Pescando Letras.

Por fim, foi pedido que os entrevistados sugerissem formas que pudessem melhorar a vida do pescador. Entre as necessidades relatadas pelos pescadores está o auxílio de materiais de pesca, a limpeza dos açudes, a execução da transposição do Rio São Francisco, pontos de apoio para venda dos peixes e fiscalização do açude para garantir o cumprimento das leis que regem a pesca. Podemos observar na tabela a seguir, segundo depoimento dos pescadores:

Tabela 7: Sugestões para a melhoria de vida, segundo relato dos pescadores

Sugestão	Depoimento
Auxílio de materiais de pesca	“Ter uma ajuda do governo federal, de material de pesca. Tem pessoa que faz empréstimo né, aí consegue fazer seu barco devido ao empréstimo que faz, mas até agora eu não vi chegar nenhum benefício pro pescador” (A, 57 anos).
Limpeza dos açudes	“Que o governo fizesse uma limpeza dos açudes. Que limpasse o que tá aterrado no açude, tanto que dava 15 metros de fundura, se o açude encher hoje só dá dois metros, que aterrou... é aquela areia, barro que trás sabe? Aí vai aterrando o açude” (J, 55 anos).
Transposição do Rio São Francisco	“Rapaz eu acredito o seguinte, se chegasse a transposição (do Rio São Francisco) aí e entrasse água no açude eu acho que melhorava muito pra nós” (L, 59 anos).
Ponto de apoio para venda do peixe	“Se a gente tivesse um ponto de apoio pra gente vender o peixe da gente, uma pessoa fixa pra entregar, tentar, porque nem todo tempo a gente tá vendendo e num... nem todo tempo o povo quer né na feira, se a gente tivesse uma pessoa já própria pra gente entregar era bom demais! Se for uma associação de comprador, sei lá, pra comprar o peixe da semana, pegasse na sexta á fosse, já tivesse um ponto de entrega, acho que os pescador tudinho, o sonho deles era ter isso” (F, 26 anos).

Aumento da fiscalização

“Com relação ao açude, que no tempo do defeso tivesse mais fiscalização né, porque falta muita fiscalização, muitos pescador para de trabalhar, respeita, e outros não respeita a desova do peixe, aí é isso que num tem” (F, 26 anos).

Tais anseios corroboram com as idealizações da presidente da Colônia que sugere a criação de peixes em tanque rede, mais especificamente da Tilápia; a limpeza do aterramento do açude; a limpeza das plantas de dentro do açude; e a fiscalização do IBAMA, principalmente durante o Defeso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base a bibliografia levantada e os resultados obtidos por meio desta pesquisa, é evidente a percepção de que embora existam várias políticas voltadas ao pescador artesanal, estes tem pouco conhecimento sobre elas. Entre os problemas que se desencadeiam mediante tal situação, estão a estagnação da atividade pesqueira e certo desânimo por parte dos indivíduos que dependem dos recursos financeiros e materiais para a pesca como forma de sustento pessoal.

Quanto aos órgãos locais do setor pesqueiro, a Colônia Z8 tem exercido seu papel na gestão da atividade e cuidado com os pescadores. Também sente a necessidade de benefícios para estes e tem procurado, na medida do possível, auxilia-los no que precisam. Os pescadores, em geral, demonstram grande estima pela colônia, não tecendo nenhum comentário que pusesse em questionamento sua administração.

O Seguro-defeso, embora considerado insuficiente, tem ajudado os pescadores tanto em seu aspecto econômico, pois possibilita uma melhoria na moradia, aquisição de bens materiais, quitação de dívidas, entre outros, quanto no aspecto ambiental, pois permite a reprodução natural dos peixes em seu período específico. A falta de fiscalização, como criticada algumas vezes, tem prejudicado o trabalho do pescador e demonstra certa negligência por parte do governo quanto ao cumprimento das leis instituídas.

Outros projetos já existentes como o Cooperar, que auxilia na aquisição dos materiais de pesca, a Semana do Peixe, que facilita a venda do que é pescado e serve de estímulo para o pescador, e outros programas de incentivo, precisam chegar as comunidades pesqueiras menos desenvolvidas, como Boqueirão, e alcançar as comunidades rurais mais afastadas, como a Vila Operária, o Facão, o Sítio Poço Grande, o Sítio Moita e Pedra Branca.

Espera-se que a divulgação do conhecimento adquirido com essa pesquisa direcione outros olhares para a situação atual do pescador artesanal de Boqueirão, assim como de outras localidades, a fim de valoriza-los enquanto seres humanos e favoreça, a partir do conhecimento de outras políticas, a busca da efetivação na melhoria das condições de vida e de trabalho destes indivíduos.

SOCIECONÔMICA CHARACTERIZATION ARTISANAL FISHERMEN OF WEIR BOQUEIRÃO, PARAÍBA

ABSTRACT

Traditional fishing is an activity practiced in group or solitarily, with the use of family labour and simple equipment, manufactured mostly by fishermen themselves. An important income source for residents living around major water reservoirs, natural resources need to be preserved. Public policies for the small producer, like fishermen, are intended to encourage the development of the activity and the preservation of natural resources. Therefore, the objective of this work consisted in socioeconomic characterization of artisanal fishers of the dam of Boqueirão, Paraíba, and their perception about public policy. The definition of the target audience was made through the snowball technique and instrument of data collection was the semi-structured interview and audio recording. 35 interviews were conducted with artisanal fishermen. Through the questionnaires was possible to trace the socioeconomic profile of these fishermen. Fishermen interviewed are between 24 and 70 years of age, most have until middle school, home ownership, treated water, but a considerable part still has no sanitation. Consider species such as tilapia, pescada, the tucunaré bass and the curimatã the most important fish both economically, as culturally. They are aware of few benefits of small-scale fishing, being the most benefited just by Closed-Insurance. From this work, it can be concluded that artisanal fisheries needs to be more valued and supported by public policies to encourage fishermen and continuity of fishing activity.

Keywords: Small-scale Fishing; Socioeconomic Characterization; Public Policies

6. REFERÊNCIAS

- AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado. Monitoramento. Disponível em <<http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/volumesAcudes.do?metodo=preparaGraficos&codAcude=531>>. Acesso em: março. 2015.
- ALBINATI, R. C. B.; ALBINATI, A. C. L.; MEDEIROS, Y. D. M. **Utilização de águas desprezadas para a produção de alimentos no Semi-árido**. Bahia Agrícola, Salvador: SEAGRI, 2003. v.6, n.1, p.55-61.
- ALVES DA SILVA, M. E. P.; CASTRO, P.M.G.; MARUYAMA, L.S.; PAIVA, P. Levantamento da pesca e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais profissionais no reservatório Billings. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 35, n. 4, p. 531-543, 2009.
- ARAÚJO, L. E. **Vulnerabilidade socioeconômica e ambiental das comunidades do entorno do açude Epitácio Pessoa – Boqueirão**. 2011. 61p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia na modalidade à distância). UEPB, Campina Grande, 2011.
- ARAÚJO, A.R.R.; SILVA, F.D.; SANTANA, R.F.; LOPES, D.F.C. Gestão da pesca de *Mytella charruana* (D'ORBIGNY, 1846) no litoral do estado de Sergipe: indicadores de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, 4(2), p. 56-70. 2009.
- ARRUDA, R.C.D. **Agrotóxicos e Saúde na visão da medicina tradicional chinesa: o caso da agricultura irrigada no açude Epitácio Pessoa**. 2008. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal da Paraíba, 2008.
- BASTOS, G. C. **Análise financeira das pescarias de pequena escala no município de Florianópolis (SC)**. 2009. 166f. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Carlos, Brasil, 2009.
- BEGOSSI, A. (1998) Resilience and neo-tradicional populations: the caiçaras (Atlantic Forest) and cablocos (Amazon, Brazil). In: BERKES, F. e FOLKE, C. **Linking Ecological and Social Systems for Resilience and Sustainability**. Londres: Cambridge University Press. p.129-157.
- BEGOSSI, A., HANAZAKI, N., SILVANO, R.A.M. (2002). Ecologia Humana, Etnoecologia e Conservação. IN: Amorozo, M.C.M., Ming, L.C., Silva, S.M.P. (eds.) **Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas**. Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste. UNESP, Rio Claro.
- BORGONHA, M. C., BORGONHA, M. Mulher-pescadora e mulher de pescador: A presença da mulher na pesca artesanal na Ilha de São Francisco do Sul, Santa Catarina. In: Simpósio Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis: **Gênero e pesca: participação da mulher no desenvolvimento local**, 2008.
- BORGHETTI, J.R.; OSTRENSKY, A. Problemas e perspectivas para a pesca e para a aquicultura continental no Brasil. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (Orgs). **Águas doces do Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 2.ed. São Paulo: Escrituras, 2002. p.451-470.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e controle. Pagamento do Seguro Defeso 2011. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2011/10/pagamento-do-seguro-defeso-ja-esta-no-portal-da-transparencia>. Acesso em: julho de 2016.

BRITO, F.B. **O conflito pelo uso da água do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) – PB**. 2008. 208 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – UFPB, João Pessoa, 2008.

CAMPOS, A.G.; CHAVES, J.V. Seguro Defeso: Diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília. Rio de Janeiro: **Ipea**, ISSN 1415-4765. 2014.

CARDOSO, R. S. **A Pesca Comercial no Município de Manicoré (Rio Madeira), Amazonas, Brasil**. 2005. Dissertação de Mestrado (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) - Fundação Universidade Federal do Amazonas, Brasil. 2005. 140p.

CARDOSO, E. S. (2001) Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social. São Paulo. 143p. (Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo). In: COSTA, I. C. **Análise da evolução volumétrica do aporte de sedimentos ao reservatório Epitácio Pessoa – PB**. Monografia (Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

CARDOSO, E. S.; FURLAN, M. C.; MARTINS, J.; KEMEL, S. Pesca e Atividades Complementares em águas interiores do Rio Grande do Sul. In: 23 Jornada Acadêmica Integrada, Santa Maria. Resgatando o passado e projetando o futuro. Santa Maria: PRPGP – UFSM, 2008.

CEREGATO, A. S.; PETRERE JR, M. Financial comparisons of the artisanal fisheries in Urubupungá complex in the middle Paraná river (Brazil). **Brazilian Journal of Ecology**, v.63, n. 4, p.673-682. 2003.

CEREGATO, S.A. e PETRERE Jr, M. Aspectos sócio-econômicos das pescarias artesanais realizadas no complexo de Urubupungá e a sua jusante no Rio Paraná. Rio Claro: **HOLOS Environment**, v.2, n.1, p.01-24. 2002.

CURI, R. C.; NASCIMENTO, D. J. N.; SALGADO, J. P.; NETO, J. R. S.; AMORIM, M. L. C. M. Diagnóstico situacional dos pescadores artesanais do açude Epitácio Pessoa no Município de Boqueirão – PB, em detrimento das últimas estiagens. In: XII SIMPÓSIO DE RECURSOS HIDRÍCOS DO NORDESTE. **Anais ABRH**. Natal, 2014. 8 p.

CLAUZET, M. e BARRELLA, W. (2004) A pesca artesanal na Praia Grande do Bonete, Ubatuba, Litoral Norte de São Paulo. In: DIEGUES, A.C. **Enciclopédia Caiçara**. Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB, v.1, p.147- 161.

CLAUZET, M., RAMIRES, M., BARRELLA, W. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no litoral de São Paulo, Brasil. **Multiciência**, Campinas, v.4, p.1-21. 2005.

CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BEGOSSI, A. Etnoictiologia dos pescadores artesanais da Praia de Guaibim, Valença (BA), Brasil. **Neotropical Biology and Conservation**, v.2, n.3, p.136-154. 2007.

CLAUZET, M. (2008) Histórico e permanência da pesca artesanal como atividade econômica na Enseada do Mar Virado, Ubatuba/SP. In: GROSTEIN, M. *Ciência Ambiental: questões e abordagens*. São Paulo: Annablume: FAPESP. p.111-130.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Boqueirão passa a abastecer mais três municípios a partir de julho. Entrevista publicada em maio de 2008.

DIEGUES, A. C. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. 1973. 187f. Dissertação (mestrado) - NUPAUB/CEMAR, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 287 p.

_____. **A Sócio-Antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil: uma síntese histórica**. Centro de Culturas marítimas – CEMAR/NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1999. 23p.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 96-138.

FOLKE, C; BERKES, F.; COLDING, J. (1998) Ecological practices and social mechanisms for building resilience and sustainability. In: BERKES, F. e FOLKE, C. **Linking Ecological and Social Systems for Resilience and Sustainability**. Cambridge University Press, Londres, p.414-436.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G.; Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 14 (28), p.139 -152. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FUJISAWA, D. S. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança: implicações na formação do fisioterapeuta**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

GEISTOERFER, A. **Antropologie maritime: appropriation technique, sociale et symbolique des ressources maritimes**. Paris: CNRS, 1989.

GERHARDINGER, L.C.; MARENZI, R.C.; SILVA, M.H.; MEDEIROS, R. 2006 Conhecimento ecológico local de pescadores da Baía da Babitonga, Santa Catarina, Brasil: peixes da família Serranidae e alterações no ambiente marinho. *Acta Scientiarum. Biological Sciences*, 28(3): 253-261.

GOODMAN, L. Snowball Sampling. In: **Annals of Mathematical Statistics**, 32, p.148-170. 1961.

GUIMARÃES, A. O.; MELO, A. D.; CEBALLOS, B. S.; GALVÃO, C. O.; RIBEIRO, M. M. R. Aspectos de gestão do açude Epitácio Pessoa (PB) e variação da qualidade da água. In: Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 23, 2005, Campo Grande: ABES, 2005.

GOVERNO DA PARAÍBA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap). Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/agropecuaria-e-pesca/>>. Acesso em: abril. 2015.

_____. Notícias: pesca. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/?s=pesca>>. Acesso em: abril. 2015.

HAYS, T. E. An empirical method for the identification of covert categories in ethnobiology. **American Ethnobiologist**, 3, p. 489-507, 1976.

ISAAC-NAHUM, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Revista Amazonia/Artigos**, p. 33-36, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística: Boqueirão. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=250250&search=paraiba%7Cboqueirao%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: abril. 2015.

LOURENÇO, C. F.; HENKEL, J. A. S. e MANESCHY, M. C. A. **A segurança social para os pescadores artesanais no Brasil: estudo de caso no Pará**. 2006. 60f. Monografia Samudra. Coletivo internacional de apoio aos trabalhadores da pesca (ICSF), Belém, Brasil, 2006.

LOPES, I. S.; SANTOS, G. S.; SOUZA, D. M.; PIEDADE, H. F. Políticas Públicas e a busca pela garantia dos direitos dos pescadores artesanais: um estudo da colônia dos pescadores Z-17 em Parintins – Am. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz do Maranhão: UFMA, 2013.

MAIA, M. B. R. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal. A inclusão do Pescador nas políticas públicas de Seguridade Social**. 2009. 94 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

MAANEN, J. V. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. *Administrative Science Quarterly*, v.24, n.4, p.520-526, December. 1979. In: NEVES, J. N. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. São Paulo: **Caderno de Pesquisas em Administração**, v.1, n. 3, 2º sem. 1996.

MENINO, I. B.; MACEDO, L. S.; SOUSA, M. R.; FERREIRA, E. G.; FREIRE, A. L.; LIMA, I. X.; FERNANDES, M. F. **Diagnóstico dos polos de Esperança e Boqueirão – Uso potencial e manejo do solo – Análise de vulnerabilidades**. EMEPA/PB. Documento 51. João Pessoa. 2005.

MENDONÇA, J. T.; PEREIRA, A. L. C. Avaliação do Seguro-Defeso concedido aos pescadores no Estado da Paraíba. In: XV Encontro de Ciências Sociais - Norte/Nordeste (CISO). **Anais do XV CISO**. Teresina: UFPI, 2012.

MINAYO, M.C.S. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p. IN: OLIVEIRA, D.C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm.**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.569-76, out/dez. 2008.

MINISTÉRIO DA PESCA E AGRICULTURA. Registro Geral da Atividade Pesqueira. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/monitoramento-e-controle/registro-geral-da-atividade-pesqueira-rgp>>. Acesso em: abril. 2015.

_____. Plano Safra da Pesca e Agricultura. Planos e Políticas. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/planos-e-politicas>>. Acesso em: abril. 2015.

_____. Portaria suspende o Seguro Defeso por até 120 dias. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2015/10/portaria-suspende-seguro-defeso-por-ate-120-dias>>. Acesso em: junho. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Seguro-Desemprego pescador Artesanal. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/seguro-desemprego/modalidades/seguro-desemprego-pescador-artesanal>>. Acesso em: junho. 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Avaliação e ações prioritárias para conservação da Biodiversidade da Caatinga**, Brasília, 2002.

PASA, M. C. **Etnobiologia de uma comunidade ribeirinha no Alto da Bacia do Rio Áricá Açu, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

PEDROSA, R. A. **Pesca, perfil socioeconômico e percepção ecológica dos pescadores artesanais de Porto de Galinhas (PE)**. 2007. (Dissertação de Mestrado) Recife (PE) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2007.

RAMIRES, M., BARRELA, W., CLAUZET, M.. A pesca artesanal no Vale do Ribeira e Litoral do Estado de São Paulo – Brasil. In: I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba: ANPPAS, 2002. p.1-11.

RAMIRES, M.; CLAUZET, M.; ROTUNDO, M. M.; BEGOSSI, A. A pesca e os pescadores artesanais de Ilhabela (SP), Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v.38, n.3, p. 231-246. 2012.

RUFFINO, M. L. 2005. Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia. Manaus: IBAMA. 135p.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.29, n. 1, p.63-74. 1995.

SEIXAS, C. S.; BEGOSSI, A. Central Place optimal foraging theory: population and individual analyses of fishing strategies at Adventureiro (Ilha Grande, Brazil). **Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science**, v. 52, n. 2, p.85-92. 2000.

SILVA, T.F.D.P; NETO, E.M.C. Percepção de insetos por moradores da comunidade Olhos D'água, município de Cabaceiras do Paraguaçu, Bahia, Brasil. **Boln. S.E.A.**, p.261-268.

SOUZA, C. A. F. **Águas: Legislação e políticas para uma utilização racional, o caso dos irrigantes do açude Epitácio Pessoa – Boqueirão – Paraíba – Brasil**. 2001. 145f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2001.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n.16, p.20-45, jun./dez. 2006.

SOUZA, K. M. ARFELLI, C. A., GRAÇA LOPES, R. Perfil socioeconômico dos Pescadores de camarão-sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) da praia do Perequê, Guarujá (SP). **B. Inst. Pesca**, São Paulo, v.35, n.4, p. 647-655. 2009.

VASCONCELOS, EDNA M. S. et al. Perfil Sócio econômico dos Produtores da Pesca Artesanal Marítima do Estado do Rio Grande do Norte. **Boletim Técnico Científico do CEPENE – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste**. Tamandaré, Pernambuco, v.11, n.1, p. 277-292. 2003.

APÊNDICE – Questionário semiestruturado para coleta de dados.

IDENTIFICAÇÃO DO RESIDENTE

1. Nome/Apelido: _____ **Idade:** _____**2. Estado Civil**

Solteiro () Casado () Viúvo () Separado () Outro () _____

3. Grau De Instrução

Analfabeto ()	Não estudou, mas sabe ler e escrever ()
Ensino fundamental incompleto ()	Ensino fundamental completo ()
Ensino médio incompleto ()	Ensino médio completo ()
Médio/Profissionalizante ()	Superior ()

4. Condições de moradia

Origem: _____

Tempo de residência em Boqueirão: _____ anos.

Sua Casa é: Própria () Alugada () Cedida () Outro () _____

Quantas pessoas moram na sua casa? _____ Filhos: () Não () Sim, _____ filhos.

Meios de informação: Televisão () Rádio () Jornal () Internet () outro _____

Abastecimento d'água: Encanada () Poço () Cacimba () outro () _____

Água de beber: Sem tratamento () Tratada () Filtrada () outro () _____

Banheiro domiciliar: Sim () Não ()

Destino dos dejetos: Esgoto () Fossa () Ar livre () Jogado no mato ()

Lixo: Recolhido pela prefeitura () Enterrado () Queimado () Jogado no mato ()

DADOS DA ATIVIDADE PESQUEIRA

1. Há quanto tempo vive da pesca?
2. Realiza outra atividade econômica?
3. Dedicar quantos dias da semana à pesca?
4. Quais os tipos de embarcações e petrechos que você usa?
5. Por sua experiência, qual a melhor e a pior estação para a pesca? Por quê?
6. Qual é o peixe mais pescado nessa região? E o mais lucrativo?
7. O que você faz com o que é pescado (consumo/comércio)?

8. A pesca representa quanto da sua renda mensal?
9. Esta renda é suficiente para o sustento da sua família?
10. Como você complementa essa renda?
11. Que tipo de apoio financeiro ou benefício do governo você recebe?
12. Onde obtém informações sobre esses benefícios?
13. Para você, as políticas melhoram ou não influenciam a vida do pescador? Por quê?
14. Houve uma melhoria na sua condição de vida nos últimos 10 anos?
15. Como é o relacionamento entre os pescadores da região?
16. Ocorreram modificações no ambiente onde você pesca? Quais?
17. O que você acha que ocasionou essas mudanças?
18. Existe algum programa do governo que se importa em conservar o ambiente?
19. Que sugestões você daria que pudessem melhorar a vida dos pescadores de Boqueirão?